



**COMITÊ DE ORGANIZAÇÕES DA SOCIEDADE CIVIL E MOVIMENTOS
SOCIAIS FORMADO PARA PARTICIPAÇÃO NO FÓRUM SOCIAL MUNDIAL**

“RESISTIR É CRIAR – RESISTIR É TRANSFORMAR”

**Programação do Fórum, sediado em Salvador, estabelecida para os dias
13 a 17 de março de 2018**

CONSELHO ESTADUAL DE CULTURA-FÓRUM SOCIAL MUNDIAL 2018

Atividades do Conselho Estadual de Cultura, inter-relacionadas com o Fórum Social Mundial, estabelecidas para os dias 14/15 e 16 de março de 2018 realizado no Museu de Arte da Bahia, localizado na Avenida Sete de Setembro, n° 2340, Corredor da Vitória, Salvador / BA.

A Missão Internacional objetiva proporcionar atividades socioeducativas e culturais no sentido de desenvolver ações que permitam promover intercâmbio entre profissionais, estudantes e interessados, proporcionando uma experiência transcultural fomentadora, impulsionadora de conhecimentos específicos entre as entidades componentes.

O propósito dessa missão do Fórum junto ao Conselho de Cultura como representação institucional justifica estreitar as relações de intercâmbio e ações que priorizam a realização de atividades interligadas no Brasil e no exterior, no campo das mais variadas linguagens culturais, em especial, potencializando e difundindo a competência prioritária do Conselho na formulação das Políticas Públicas de Cultura, promovendo o desenvolvimento regional, preparando ações para um mundo interligado, globalizado, produzindo e disseminando o saber universal.

AÇÕES DESENVOLVIDAS PELO CONSELHO DE CULTURA

Palavras-chave: Identidade, territorialidade e liberdade de expressão.

Nessa perspectiva, na manhã de 14 de março das 09 às 12 horas, antes de dar início às atividades houve o credenciamento, no período das 08 às 09 horas, habilitando e instruindo os presentes para o evento,



Foto: Joel Calixto | MAB
Durante fala do Presidente Emílio Tapioca

ABERTURA

O Conselho Estadual de Cultura / CEC no âmbito de suas atribuições, e composição no Comitê de Políticas Culturais, interagindo com o Fórum Social Mundial deu início as suas atividades, com a fala da Mesa Diretora Emílio Tapioca, Presidente e Ana Vaneska, Vice-Presidente, ambos do Conselho de Cultura, bem como o anfitrião Dr. Pedro Arcanjo, Diretor do Museu de Arte da Bahia.

Emílio Tapioca deu as boas-vindas aos presentes e relatou a importância das atividades do Conselho de Cultura no Fórum Social Mundial, esclarecendo que é imprescindível expressar nesse momento a inquietação, a vulnerabilidade com a cultura e a democracia.

O anfitrião Pedro Arcanjo, Diretor do Museu de Arte da Bahia, evidenciou que *o Museu vem cumprindo seu papel de frente à onda reacionária que avança no país, mas que nunca restou outro lugar a nós, que não incentivar a inquietação, a reflexão, a crítica e a diversidade.*

Em seguida, das 09 às 11 horas a mesa foi composta pelos palestrantes Juca Ferreira, Secretário de Cultura de Belo Horizonte e Ex-Ministro de Cultura do Brasil; Albino Rubim, Pesquisador em Cultura e Sociedade, Ex-Secretário de Cultura da Bahia e Ex-Presidente do Conselho Estadual de Cultura. Essa mesa abordou o tema: *Análise de Conjuntura da Situação do Brasil à luz das Políticas Públicas de Cultura*, tendo por mediador Emílio Carlos Ribeiro Tapioca, Presidente do Conselho do Estado.

O Palestrante Albino Rubim, explicou que:

... as classes dominantes não têm e nunca terão compromisso com os valores democráticos no Brasil. Considero a conjuntura que vivemos como de estado de exceção. Ainda assim não vejo razões somente para pessimismo. Há forte rejeição da população a este governo que está instalado e à sua agenda. A parte mais expressiva da cultura no país já se colocou contra o golpe. Os valores democráticos estão enraizados no campo cultural. A manutenção do Ministério da Cultura, graças à mobilização desencadeada contra sua extinção, é prova disso. O ano de 2018 é um ano aberto, de luta, não decidido, cabe ampliar os círculos dos que defendem a democracia no país.

O palestrante Juca Ferreira, esclareceu que o país não tem uma cultura democrática fortalecida e poderá ver desmoronar, numa espécie de fenômeno cíclico em sua história, os pequenos, mais importantes, avanços desta cultura nos últimos trinta anos.



*Foto: Joel Calixto | MAB
Durante a fala de Juca Ferreira*

Questionou como falar em democracia, enquanto a realidade que se conhece tem sido o extermínio de negros na periferia. Enfatizou que a democracia é precária. Só a partir do governo de um operário foi associado o desenvolvimento econômico à redução da desigualdade, à valorização do povo brasileiro e a incorporação de direitos sociais. Confirmou a necessidade de um plano para retomar a democracia no Brasil. Sintetizou a sua fala e reiterou a necessidade de cobrar e caminhar para um país democrático.

Convidado, também, a compor a mesa o artista plástico Renato da Silveira que retratou *A Peleja da Galera Omô Loldô contra o Condado Brasiliense*. O artista relatou seu processo de criação e concepção das obras e falou também sobre a importância da arte no processo de revolução democrática no mundo e esclareceu o porquê da sua obra no contexto político atual.



*Foto: Joel Calixto | MAB
Albino Rubim e Juca Ferreira durante fala do artista Renato da Silveira*

Nesse sentido, o próprio artista estava com uma mostra no MAB, tema do seu discurso: *A Peleja da Galera Omô Loldô contra o Condado Brasiliense* aberta a todos os visitantes, inclusive para o evento.

Durante à tarde, das 14 às 17h30min, novas ações são conduzidas, trazendo outras atividades práticas. Um desses procedimentos, constituído como ato solene do Conselho Estadual de Cultura, iniciou às 14h00min com a Posse dos Conselheiros (as) de Cultura da Bahia, eleitos no ano em curso.

A cerimônia, realizada no Museu de Arte da Bahia, foi presidida pela Secretária de Cultura da Bahia, Arany Santana e composta pela mesa diretora do Conselho Estadual de Cultura, Emílio Tapioca e Ana Vaneska, respectivamente presidente e vice-presidente. Os novos Conselheiros estaduais de cultura foram eleitos titulares e suplentes pela sociedade civil, através de um processo democrático, objetivando representar territórios e segmentos culturais da Bahia.

No momento da posse Arany Santana, Secretária de Cultura da Bahia, profere o seu discurso, celebrando aquele ato solene do Conselho.



*Foto: Joel Calixto | MAB
Durante fala da Secretária Arany Santana*

A Secretária de Cultura externou a importância do empenho do presidente do Conselho, Emílio Tapioca, em qualificar esta posse como parte deste momento histórico que é a realização do Fórum Social Mundial em nossa capital. Prosseguindo declarou que cabe aos conselheiros propor medidas de amparo, estímulo e difusão da cultura, articulando com os mais diversos órgãos, a coordenação e a elaboração de planos e programas de cultura. Proclamou, ainda, que ser conselheiro é trabalhar e interagir pela formulação das políticas públicas de cultura, declarando que o ato de posse é um momento especial para os novos conselheiros habilitados a um mandato de quatro anos.

Na oportunidade, Ana Vaneska, Vice-Presidente, acrescentou:

Os conselheiros têm uma missão de mão dupla. O conselheiro não pode representar somente a si mesmo. Ele tem que fazer reverberar no espaço do Conselho, o que pulsa na sociedade, assim como levar para seus pares as ações, conhecimentos e discussões que sucedem nos espaços institucionais.

Prosseguindo evidenciou a necessidade de uma reflexão sobre representatividade, congratulando a todos naquela plenária de posse dizendo:

...quero saudar especialmente os agentes, os artistas, o conselheiro, em especial, as mulheres, afinal está no mês de março das mulheres e é importante pensar com profundidade sobre nós mulheres, ocupando estes espaços, como é o caso da própria Arany, primeira mulher negra, a ocupar o cargo de Secretária de Cultura na Bahia.



*Foto: Mariana Campo | ASCOM
Conselheiros Empossados*

Após a assinatura dos Conselheiros empossados no Livro dos Atos de Posse do Conselho Estadual de Cultura, a sessão solene foi suspensa temporariamente para as congratulações e fotos.

Em seguida, a sessão solene o Conselheiro já empossado Fernando Dias, como representante do segmento de artes cênicas e oriundo do território de identidade do Sertão Produtivo, aproveitou o ensejo para expressar que as responsabilidades agora não se resumem, apenas, representar aqueles que o elegeram. Acredita que a partir do momento que se é eleito, um conjunto de responsabilidades surge sendo necessário atender a demandas de todo o Estado, o que concerne às políticas culturais da Bahia. E elucida:

É preciso manter uma proximidade entre o interior e a capital, pelas diferenças que existem entre um e outro no modo de fazer cultura, para representar da melhor forma possível o segmento.

Finalizada a cerimônia de posse o evento continuou com apresentações de alguns conselheiros sobre temas relevantes como a Apresentação do Projeto Cultura Legal, tendo por lema a busca do fortalecimento dos Sistemas Municipais de Cultura.

O tema foi abordado por Edvaldo Vivas, Promotor do Ministério Público da Bahia e Conselheiro Estadual de Cultura. Este apresentou as linhas gerais do projeto “Cultura Legal” que deve ser lançado oficialmente em abril pelo Ministério Público - BA. Ele enuncia o previsto para esse projeto, no aguardo que o Ministério Público, por meio do Núcleo de Defesa do Patrimônio, Artístico e Cultural, passe a colaborar com o processo de instalação dos sistemas municipais de cultura. E profere:

O sistema municipal de Cultura é formado por quatro eixos principais: a aprovação de uma lei de políticas de cultura pelos municípios, a instalação e funcionamento de um conselho municipal de cultura, o estabelecimento de um fundo de cultura municipal e a elaboração de um plano de cultura. O diagnóstico que temos na Bahia é um panorama da Superintendência de Desenvolvimento Territorial vinculada a Secretaria Estadual de Cultura que, por exemplo, mostra que há ainda muito por fazer em vários desses eixos. O Estado pode e tem incentivado os municípios a programarem seus sistemas, mas ele não pode obrigar, nem exigir. Essa é uma decisão política municipal. É nesse sentido que o Ministério Público pode atuar, colaborando e cobrando dos poderes públicos municipais a institucionalização destes componentes.

Encerrada a interlocução do Promotor Edvaldo Vivas o evento prossegue às 16h15min com o tema “220 anos da Revolta de Búzios”, tendo por comissão organizadora Edvaldo Araújo, Conselheiro Estadual de Cultura e Diretor Geral da Fundação Pedro Calmon.

Edvaldo discorreu sobre o fato proposto, enunciado acima: 220 anos da “Revolta dos Búzios”, também conhecida como Conjuração Baiana, em todo o Estado.



Foto: Joel Calixto | MAB

Conselheiro Zulu Araújo e vice-presidente, Ana Vaneska.

Desse modo, o Conselheiro resgata momentos históricos ocorridos no final do século XVIII, a Conjuração Baiana, manifestação popular pelo fim da escravidão, enunciando como um marco na luta emancipacionista e antiescravagista, inspirados nos ideais da revolução francesa e desejos de igualdade, fraternidade e liberdade. Líderes populares buscaram unir os diversos setores da sociedade baiana que sofriam com o peso da opressão do governo português.

Convocando a população para uma ‘revolução’ que implantaria a “República Baiense”, eles conclamaram a rebelião contra o domínio de Portugal e o regime escravocrata. *Animai-vos, povo Baiense, que está por chegar o tempo feliz da nossa liberdade, o tempo em que seremos todos irmãos, o tempo em que seremos todos iguais*, diziam panfletos espalhados pelas ruas de Salvador em 12 de agosto de 1798. Declarou Edvaldo, a revolta precisa ser recordada e devidamente apropriada pelas forças progressistas da Bahia e do país. E esclarece:

Memória é cultura. Se não temos hoje, como foi bem pontuada mais cedo por Juca Ferreira, uma cultura democrática no Brasil é também porque não se conhece, nem se valoriza o próprio passado, especialmente as lutas por mais direitos e pela liberdade e dignidade humana. Essa nossa insensibilidade, que transita em distintos campos ideológicos, para aqueles que não são considerados gente tem suas raízes na questão estruturante de nossa sociedade que é o passado escravocrata. Foram 386 anos de escravidão. Aqui se praticou e segue se praticando os crimes mais bárbaros contra os negros e pobres. Vamos tomar o caso de Salvador, se tem uma Rua da Forca, um largo dos Aflitos, uma Praça da Piedade, mas as pessoas sequer parecem desconfiar saber por que estes lugares têm estes nomes. Quantos foram enforcados na Rua da Forca? Esse desconhecimento da história não nos fortalece, pelo contrário!

A celebração dos 220 anos deve contar com a republicação dos dossiês da revolta contidos no acervo público do Estado, um colóquio nacional com historiadores e memorialistas a tratar do tema, atividades performáticas nos locais marcos do acontecimento, entre outras iniciativas.

Às 16h45min o Palestrante Fernando Teixeira, Conselheiro Estadual de Cultura da Bahia, retratou sobre *Setorial das Artes: Planos Setoriais*.

Fernando Teixeira fez um resumo sobre o desenvolvimento da proposta da construção dos Colegiados Setoriais das Artes da Bahia, do ano de 2005, especialmente, a partir de 2012, destacando a importância destes, bem como a necessidade de que se tornem lei. Evidenciou:

Os Planos Setoriais têm por objetivo desenvolver políticas públicas de cultura que possam orientar as ações de governo para os setores das artes, dando sustentabilidade à cadeia produtiva cultural através da formação; da organização; fomento da produção e da efetiva implementação de um sistema de informações e indicadores que sirvam de subsídios para a formulação de políticas públicas com a participação da sociedade. Em 2016 foram aprovados pelo CEC seis Planos Setoriais: de Dança, Literatura, Música, Circo, Audiovisual e Teatro, a exceção foi o de Artes Visuais que ainda está em elaboração. Esta batalha foi vencida, mas os Planos Setoriais aprovados ainda precisam ser transformados em Lei e sancionados pelo Governador do Estado. E para que isto aconteça, faz-se necessário finalizar e introduzir as metas das ações a serem executadas durante os próximos dez anos.

A última apresentação às 17h15min, passou a ser comandada por Renata Dias, Conselheira Estadual de Cultura e Diretora da Fundação Cultural do Estado que fez uma síntese dos seus últimos seis meses de gestão na FUNCEB, destacando ações como o mapeamento dos processos de prestação de contas e projetos como *kit de teatro*, *catálogo da dança*, *calendário das artes*, *novembro das artes negras*, além da ampliação das vagas na escola de dança da Fundação, adicionando a essas iniciativas os editais a serem lançados na área de audiovisual com apoio da Ancine, entre outras atividades.



*Foto: Joel Calixto | MAB
A conselheira Renata Dias ao lado do presidente Emilio Tapioca*

Concluindo, Emílio Tapioca, o presidente do Conselho, comentou a relevância das apresentações. *É realmente importante que os conselheiros/dirigentes que estão à frente de órgãos de execução possam apresentar as atividades e as iniciativas que vem dirigindo no campo da cultura, possibilitando o aumento da cooperação de esforços e o próprio escrutínio em torno do que se está fazendo.* Nesse desfecho, as atividades do dia foram encerradas.

No dia seguinte o Conselho de Cultura, retomou as atividades do dia 15 de março das 09h00min às 17h30min, desenvolvendo suas atividades, no Museu de Arte da Bahia, em dinâmica com o Fórum Social Mundial.

Durante a manhã das 09h00min às 11h30min, os palestrantes Lula Dantas da Comissão Nacional dos Pontos de Cultura e Pedro Jatobá da Rede Colaborativa de Cultura, Arte e Informação, continuaram com as tarefas, mediados por Helder Bomfim do Fórum de Cultura da Bahia. O assunto exibido discorreu sobre Os Desafios da Lei Cultura Viva.

Houve uma interrupção momentânea quando Emílio Tapioca e Ana Vaneska, Presidente e Vice respectivamente comentaram sobre o assassinato da Vereadora carioca Marielle Franco (PSOL) e seu motorista Anderson Gomes, na noite de 14 de março, na cidade do Rio de Janeiro. A Vice-Presidente Ana Vaneska, solicitou um minuto de silêncio pela morte da vereadora Marielle Franco, perda de suma importância pelas lutas em prol dos excluídos e minoritários. Vaneska enuncia:

Hoje é um dia muito triste para nós que somos militantes da cultura e que lutamos por um país melhor. Ontem a vereadora Marielle Franco, de 38 anos, foi assassinada após deixar um evento intitulado “Jovens negras movendo as estruturas” e cinco dias após denunciar, em seu perfil nas redes sociais, o abuso de poder da Polícia Militar na comunidade de Acari.

Emílio Tapioca defendeu a necessidade de que os movimentos progressistas e os que defendem a democracia tomem uma postura mais assertiva. E esclarece ao dizer que: *Precisamos estar atentos, não só resistir, mas também avançar para conseguirmos transformar o país. Temos que exigir uma investigação clara do que aconteceu com essa vereadora, mulher, negra, que dedicava sua vida as lutas pelas causas sociais.*

Em seguida, houve um debate provocado pela mesa composta por Pedro Jatobá, coordenador da Rede Colaborativa de Cultura, Arte e Informação (ITEIA) e Lula Dantas, membro da Comissão Nacional dos Pontos de Cultura, com mediação de Helder Bomfim, representante do Fórum de Cultura da Bahia. Essa mesa tem por tema os *desafios de organização e de recursos da atualidade do programa Cultura Viva*. Esses foram os principais pontos discutidos com os presentes. Bomfim particularizou em concordância a Gilberto Gil, o qual considerou que o percentual correspondente a 1% dos recursos adquiridos pela Nação fosse destinado à cultura, conseguiríamos, nessa proporção, concertar os problemas das outras áreas que têm, quase em sua totalidade, 99% dos recursos assegurados.

Em sua exposição Pedro Jatobá explicou que o ITEIA é uma plataforma digital colaborativa voltado à cultura brasileira, onde todos podem acrescentar informações e arquivos, como fotos e vídeos, criando assim um acervo da produção multimídia de centros culturais nacionais e internacionais, além de cadastrar agentes culturais e argumentou:

É preciso fazer um trabalho de base, direcionar os jovens às mídias que não fazem o jogo dos poderosos e promovem vigilância em massa. Valorizar a produção que vem de dentro das comunidades e não enriquecer ainda mais as atuais plataformas de redes sociais.

Lula Dantas detalhou para o público os dados atuais da Política Nacional de Cultura Viva, os avanços e desafios dos pontos de cultura, além do que defende a criação da Lei Cultura Viva do Estado da Bahia, institucionalizando e descentralizando a política. Segundo Dantas, a burocracia excessiva é um muro que separa as pessoas das políticas públicas.

Não estou criticando a burocracia, em parte ela é necessária para manter a transparência e a organização, mas ela não pode ser o x da questão. Ela precisa cumprir sua função, mas a gente tem que pensar em uma política real, orgânica, que tenha como referência o fazer cultural, que entenda que um mestre de capoeira não vai ter como comprovar a rimba [couro que se coloca no pandeiro] ou algum produto que só tenha na feira, nesses instrumentos que somente tratam de quantidade e não de qualidade e tradição.



Foto: Matheus Brito/MAB

Fala de Pedro Jatobá na mesa redonda sobre o tema desafios de organização e de recursos da atualidade.

Durante à tarde no horário das 13 às 17h00min o evento prosseguiu com atividades culturais além de palestrantes, outras atrações foram oferecidas aos presentes.

Inicialmente às 13 horas o grupo que compôs a mesa promoveu como tema principal: *O Papel dos Conselhos de Cultura*. Esse assunto foi apresentado por Emílio Tapioca e trazendo como palestrantes: Pawlo Cidade, Secretário de Cultura de Ilhéus; Aurélio Schommer, Conselheiro Estadual de Cultura da Bahia; Mestre Paulão Kikongo, Conselheiro Nacional de Políticas Culturais, Conselheiro Estadual de Cultura do Rio de Janeiro e Conselheiro Municipal de Guapimirim, Jornalista e Capoeira. Mediou esse grupo Ana Vaneska, Conselheira, Vice-presidente do Conselho Estadual de Cultura da Bahia e Presidente da Câmara de Patrimônio.

Nessa tarde os Conselheiros, agentes e produtores de cultura estiveram reunidos em uma mesa redonda promovida pelo Comitê de Políticas Culturais, que é capitaneado pelo Conselho Estadual de Cultura da Bahia, para debater o papel dos conselhos de cultura. A atividade, realizada no Museu de Arte da Bahia, integrou a agenda do Comitê no âmbito do Fórum Social Mundial.

Para incentivar a conversa, provocando intervenções dos presentes, a mesa contou com interferência inicial de três convidados: Pawlo Cidade, Secretário de Cultura do Município de Ilhéus, Mestre Paulão Kikongo, Conselheiro Nacional de Política Cultural bem como Conselheiro Estadual do Rio de Janeiro, e Aurélio Schommer. Escritor e Conselheiro Estadual de Cultura da Bahia. A mediação ficou por conta da Vice-Presidente do Conselho Ana Vaneska.

Pawlo Cidade abordou sua experiência com o sistema municipal de cultura de Ilhéus e defendeu a necessidade de que os conselheiros partam de um amplo conhecimento da legislação cultural para fortalecer sua relação com o poder público, acrescentando:

O conselheiro deve entender o melhor possível as leis que tratam da cultura no país, no seu estado e no seu município. Sem esse conhecimento ele não pode desenvolver caminhos para suas idéias e eventuais cobranças. Além disso, é preciso compreender que os Conselhos não estão aí para desempenhar necessariamente um papel de oposição às políticas culturais dos governos, nem apenas o papel fiscalizatório. Os conselhos também fiscalizam, mas devem propor mudanças, aperfeiçoamentos, isso numa perspectiva primeiro de somar, de construir com os governos.

Aurélio Schommer defendeu que uma das principais necessidades dos conselhos é que eles se tornem plurais. E caracterizou dizendo:

O teste do pluralismo é a convivência dos diferentes nãoos, são essas nuances de diferenças, e divergências mais agudas. Nesse sentido é um grande avanço que os conselheiros não sejam nomeados pelo gestor público, isso porque eles não estão livres para ir além da crítica admitida por este. E, enquanto o modelo de representação seja um avanço, é necessário pensar ainda em como fortalecer uma pluralidade efetiva de representantes que espelhem conjuntos de pessoas com perspectivas e visões muito diferentes.

Mestre Paulão Kikongo destacou a necessidade de que os conselheiros desempenhem suas funções do modo mais abrangente e qualificado possível. Por esse prisma declarou:

Eu não estou no conselho apenas me representando, ou mesmo representando apenas meu segmento, a capoeira. Também represento a capoeira, mas no que toca à questão do patrimônio cultural imaterial, por exemplo, a capoeira é um entre vários patrimônios desta natureza e tenho que me ocupar destes também. Entendo que precisamos estar qualificados para além do nosso seguimento para que possamos entender e dialogar com as outras instâncias existentes. Além disso, é preciso dizer que muitas vezes a questão, não que não haja recursos para cultura, mas que o gestor compreenda que a cultura é importante para nós e apliquem efetivamente estes recursos, reconhecendo a cultura como importante instrumento de desenvolvimento social e econômico.



Foto: Matheus Brito / MAB
Mestre Paulão Kikongo, durante sua fala, Paulo Cidade e Aurélio Schommer

Márcio Ângelo Ribeiro, Ex-Presidente e Conselheiro Estadual Cultura da Bahia, defendeu a idéia de que os conselheiros estaduais, também, devem se ocupar em fortalecer os sistemas municipais de cultura de suas cidades, esclarecendo que o *conselheiro estadual tem que fazer o dever de casa. Tem que atuar e lutar no seu município, conforme for o caso, para ver implementado os componentes do sistema de cultura. Não pode querer transformar o mundo e não cuidar do lugar onde vive.*

Emílio Tapioca, Presidente do Conselho, em sua expectativa espera ver um futuro promissor para os conselhos. E comenta:

Na prática, a atuação dos conselhos, especialmente no sentido de ter uma maioria de conselheiros como representantes eleitos diretamente pela sociedade civil, como é o caso do nosso Conselho, é uma história nova no país. Hoje os conselhos têm sido consultivos, normativos e não de ser também deliberativos de uma política que nós, sociedade civil e poder público, temos que constituir e consolidar.

Ana Vaneska, vice-presidente do Conselho, suscitou a questão da autonomia financeira dos conselhos com a pergunta: *De que modo nossa autonomia política não está limitada particularmente pela ausência de nossa autonomia orçamentária? Essa é uma questão importante que temos que refletir e tratar.*

Ao fim da mesa redonda: Comitê de Políticas Culturais, em que explanou sobre o papel dos Conselhos de cultura os alunos dos cursos profissionais e livres da Escola de Dança da Fundação Cultural do Estado da Bahia apresentaram performances e dialogaram com os presentes sobre o estudo desenvolvido na Fundação e suas aspirações e buscas no trabalho relacionado com a arte.



*Foto: Joel Calixto | MAB
Roda de Conversa e Apresentação de alunos da escola de dança da FUNCEB*

Continuando entre diálogos e performances apresentadas houve reivindicações por meio de representantes da sociedade baiana com a temática: FALA SOCIEDADE.

Um desses temas teve como assunto a *Pedra de Bendegó* apresentado por Carlos Silva, Conselheiro Estadual de Cultura. O conselheiro poeta e cordelista. Carlos Silva abordou a mobilização dos moradores dos municípios de Monte Santo, Uauá, Canudos, Euclides da Cunha, entre outros, para que a pedra de Bendegó - o maior meteorito já encontrado no Brasil – retorne para o sertão baiano. *O retorno da pedra não somente é um direito nosso, sobre uma referência de nossa história, beneficiaria o turismo local ao dar mais visibilidade ao nosso sertão.* Silva explicou que vem colhendo assinaturas para uma petição pública exigindo o retorno da pedra. E ilustra a relevância desse meteorito:

A pedra de Bendegó foi descoberta em 1784, na localidade de Monte Santo, mas o local da queda, pela demarcação, hoje pertence à cidade de Uauá. Levada em 1888 para o Rio de Janeiro por decisão do imperador Dom Pedro II, hoje o meteorito se encontra exposto no Museu Nacional da Quinta da Boa Vista na cidade do Rio de Janeiro.

O tema do regresso da pedra de Bendegó foi também ressaltado por Antenor Junior, Conselheiro Nacional de Políticas Públicas.

Em seguida temos outra reivindicação protestada por Gilson Jesus Vieira que tem por assunto o VerdeTrem.

Gilson Vieira, Coordenador do Movimento VerdeTrem, apresentou um panorama geral da luta pelo transporte sobre trilhos no subúrbio ferroviário de Salvador, defendendo a necessidade da manutenção e expansão da malha e dos serviços de trens. Complementa ao esclarecer:

Temos que aproveitar os trilhos e as estações que temos, revitalizando esta estrutura. O trem é um transporte barato, não poluente, de massas, e temos que expandir a rede que nos leve até outros municípios como Simões Filho, Candeias e Dias D'Ávila. O Trem é ainda parte integrante da memória de Salvador e oferece uma excelente oportunidade como passeio turístico por partes de nossa cidade que tem grande beleza natural.

Finalizando a temática Fala Sociedade, Mônica Verdum da Rede Nacional de Bibliotecas Comunitárias, fez uma breve explanação sobre a Rede:

Nós chegamos onde o Estado não chega, a rede integra espaços de leitura mantidos por meio de organizações sociais e culturais e pela própria comunidade, sempre em lugares com grande carência em direitos básicos, como é a educação. Hoje são 114 bibliotecas espalhadas por todo Brasil, sendo que Salvador conta com 14 destes espaços. O principal objetivo da rede é incentivar o hábito da leitura e difundir o conhecimento entre as classes carentes como mecanismo de fortalecimento das lutas sociais.

Assim, Mônica esclarece a sua meta em incentivar o hábito a leitura, impulsionando o conhecimento, beneficiando a sociedade, observando principalmente a esfera dos mais carentes.

No dia 16 de março de 2018 o Conselho Estadual de Cultura continuou as suas ações no Fórum Social Mundial que vinha sendo realizado desde o dia 14 no Museu de Arte da Bahia.

Nesse último dia, o Conselho para encerrou as suas atividades, trazendo à mesa diretora debates com várias organizações, instituições e movimentos sociais. Esse encontro vivenciou a temática em pauta: Patrimônio, Povos Tradicionais, Capoeira e Samba de Roda.

Inicialmente, antes das atividades programadas do dia fez-se um intervalo, momento em que Emílio Tapioca, presidente do Conselho Estadual de Cultura e Ana Vaneska, a vice-presidente leram para os presentes o manifesto *VIDA QUE TE QUERO VIVA*, elaborado pelo Comitê, na quinta-feira, em repúdio ao extermínio de mulheres negras, exemplificando com o fato recente o assassinato Marielle Franco vereadora carioca no dia quatorze deste. Nesse momento de solidariedade Ana Vaneska declara: *Não é possível tratar de patrimônio, sem falar do patrimônio mais essencial que é a vida. Não podemos tratar dos patrimônios quilombolas e indígenas se investem contra suas terras exterminando os sujeitos que neles vivem.*

Em seguida a mesa diretora apresentou o mediador, Zulu Araújo, conselheiro estadual de cultura e diretor-geral da Fundação Pedro Calmon.



*Foto: Karina Muniz / CEC
Durante a fala da Vive –Presidente Ana Vaneska,*

Em seguida este abriu as atividades do evento proclamando: *patrimônio é o mundo, patrimônio é a vida, e está de fato em constante movimento, independente da sua gestão política, ele está sempre vivo e em transformação.*

Assim, dando prosseguimento no período dessa tarde o Conselho Estadual de Cultura deu início as suas ações com a fala de João Carlos de Oliveira, conselheiro estadual de cultura e diretor do Instituto do Patrimônio Artístico Cultural da Bahia. Este apresentou uma leitura sobre patrimônio a partir da perspectiva cultural, destacando memórias de espaços que já não existem mais nas cidades e só podem ser recordados por fotos. Ele comenta o seguinte:

A Igreja Nossa Senhora da Candelária no Rio de Janeiro, por exemplo, é um espaço coletivo, por isso está em constante transformação. Seu entorno passou por grandes transformações, hoje ela está inserida em uma paisagem urbana muito diferente daquela de quando foi construída, que era o estilo de arquitetura portuguesa antiga.

O Conselheiro compartilhou por meio de data show, contextualizando Patrimônio em Movimento enfatizando as rupturas, transformações geradas no meio urbano, uma releitura sobre preservação e renovação e conceituou a real perspectiva dessas conexões.

Nesse sentido traçou considerações figurando o patrimônio, suas transformações e o mundo artístico.

Em seguida foi convidado o palestrante Eugênio Lins, arquiteto e ex-superintendente do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional / IPHAN, abordando questões sobre a materialidade e imaterialidade de patrimônio. Ele discursou sobre aspectos sociais, relacionados com leis culturais. Declara sua experiência com um projeto do IPHAN de identificação dos mestres e artífices da construção civil tradicional, exemplificando a região da Chapada Diamantina. O projeto teve como parceria a Universidade Federal da Bahia, onde, 24 municípios da região foram objetos de estudo na realização de inventário de riquezas culturais.

Nesse aspecto, explica que o projeto identificação dos Mestres da região visou, entre outras coisas, registrar as práticas tradicionais da construção civil de maneira a inserir este conhecimento no contexto das políticas públicas culturais. Acrescenta o arquiteto:

A pesquisa permitiu um conhecimento detalhado do sítio estudado, principalmente da população, as suas práticas e suas manifestações culturais. É importante valorizar a produção local para que os recursos fiquem na própria comunidade, para que ela siga buscando a melhoria de sua qualidade de vida, fundamentada nos seus modos de fazer e viver.

Eugênio Lins em sua apresentação abordou os aspectos relacionados às questões sociais com as leis culturais e relatou sua experiência com o projeto de identificação dos mestres e artífices da construção civil tradicional.

COMUNIDADES TRADICIONAIS E EDUCAÇÃO ANTIRRACISTAS

Membro do Terreiro Bantu/Indígena Caxuté desenvolve a iniciativa de uma escola não formal no povoado de Cajaíba no município de Valença no território do Baixo Sul da Bahia. Chico Nascimento tratou desse assunto com a participação de Suely Mello conselheira estadual de cultura e integrante da Comissão Estadual dos Pontos de Cultura. Explanaram sobre o tema dos povos e comunidades tradicionais como quilombolas, indígenas, marisqueiros, pescadores, no âmbito de uma educação antirracista.

Para Nascimento o texto da Constituição brasileira não contempla os interesses dessas comunidades. E afirmou:

A legislação brasileira é muito generalista e as leis existentes não foram devidamente discutidas com estes povos. Os processos de subalternizações que nos caracteriza - trazido pelos colonizadores, fundado numa visão eurocêntrica - tomam a fala das comunidades e povos tradicionais. Assim uns falam por outros, não falam com o outro. Quem deve falar por nós somos nós.



Foto: Karina Muniz / CEC
Durante a fala do Conselheiro Chico Nascimento sobre Povos Tradicionais

No seu discurso Nascimento concluiu explicando:

Assim, é necessário avançar no entendimento dos direitos das comunidades para dar vez e voz à fala de seus atores. Quem conhece a comunidade é quem vive. E a gente não pode passar pelo tema da educação antirracista sem passar pela conversão do pensamento colonizado que nossas escolas ainda fazem valer. Nesse sentido as escolas têm sido um local de reforço, não de mudança da realidade.

CAPOEIRA E GESTÃO SÓCIO CULTURAL

A mesa seguinte foi composta pelo Mestre Balão, capoeirista, fundador e presidente do Instituto CTE Capoeiragem, Lucas Seara, advogado e mestre em desenvolvimento e gestão social pela UFBA, com mediação de Maria Paula Adinolfi, antropóloga do IPHAN e coordenadora da salvaguarda da capoeira na Bahia,



Foto: Joel Calixto / MAB

A esquerda Mestre Balão, à direita Lucas Seara, durante a fala de Maria Paula Adinolfi

Maria Paula iniciou a discussão sobre o assunto com um enfoque voltado para as escolas públicas. Segundo ela a capoeira tem sido apenas praticada nas aulas de educação física, sendo que seus aspectos culturais e históricos não recebem tratamento.

Mestre Balão expôs a sua experiência de mais de 30 anos, neste percurso, dedicados à capoeira e a criação, no ano 2000, do CTE Capoeiragem, fundamentado em valores da tradição histórica e ancestral da capoeira. Esclarece que o grupo está presente hoje em várias partes do Brasil com um trabalho bem desenvolvido com as crianças. Assinalou que a prática da capoeira é um instrumento capaz de mudar a realidade de crianças e jovens das periferias. Explica: *A capoeira chama as crianças, você abre uma escolinha de capoeira com duas ou três crianças e quando você vê já tem mais de 100 crianças. Para elas é um mundo muito lúdico, com histórias, músicas e atividade física.*

O advogado Lucas Seara, por seu turno, fez uma abordagem de questões de gestão das organizações da sociedade civil (OSC) e apresentou a OSC Legal, plataforma voltada ao fortalecimento destas organizações que possui quatro eixos: plataforma digital, formação, assessoria e advocacia. *Acreditamos que tornando acessível à compreensão dos documentos e legislações pertinentes, contribuimos para facilitar a compreensão dos conceitos e procedimentos necessários para a regulamentação e o desenvolvimento dessas organizações, que em grande parte estão relacionadas as atividades sócio culturais: associações de artistas e produtores, grupos de capoeira, algumas cooperativas, etc. O conhecimento da “arquitetura institucional” é fundamental para acessar as políticas públicas.*

Nessa sexta-feira, dia 16/03, a última mesa foi apresentada e abordou um encadeamento de idéias sobre o reconhecimento do samba de roda pela UNESCO a partir de 2005. Comprovou o samba de roda como patrimônio imaterial da humanidade e as estratégias e políticas para sua salvaguarda na Bahia. E comemora finalizando com uma *roda de samba* com os participantes do evento.

PORQUE O SAMBA NASCEU FOI NA BAHIA

Sobre o título citado acima, *Porque o Samba Nasceu foi na Bahia*, Rosildo Rosário o fundador do Grupo Cultural Chegança Fragata Brasileira da cidade de Saubara, Alexnaldo dos Santos, coordenador geral da Associação dos Sambadores e Sambadeiras da Bahia, e Nadinho do Congo, professor de dança e capoeira, representando a Associação Comunitária Recreativa do Afoxé Filhos do Congo, debateram o tema em pauta. Emílio Tapioca declarou que:

Não podia deixar de inserir na nossa programação do Fórum Social Mundial, o Comitê de Políticas Culturais, e que ao finalizar comemorasse esse momento, sobretudo, celebrando também a fala dos mestres de todo o processo do ritmo, do conhecimento, da ancestralidade de nosso estado nação chamado Bahia.

Rosildo Rosário, explica que a implantação das ações para a salvaguarda do Samba de Roda se construiu num processo que buscavam direções para fortalecer a manifestação. E complementa: *Num primeiro momento daquele anúncio da UNESCO o que se notava também era uma influência neopentecostal que vinha enfraquecendo as práticas, festas e manifestações intimamente ligadas ao samba de roda.*



Foto: Karina Muniz / CEC

Emílio Tapioca, à esquerda, seguido de Rosildo Rosário, Nadinho do Congo, Ana Vaneska e Pedro Arcanjo

Rosário deu continuidade à sua fala afirmando que a defesa do patrimônio imaterial do samba de roda buscou na experiência da capoeira uma referência. Incluiu com o enunciado:

As atividades de formação e transmissão entre os jovens, o próprio emprego da expressão “mestre” para os detentores de conhecimento e experiência nas práticas de samba de roda, nós fomos buscar muito na capoeira um modelo para orientar este fortalecimento.

Nadinho do Congo defendeu a necessidade da abertura de espaços para divulgação e debate de temas relativos ao patrimônio imaterial de práticas ancestrais dos povos negros como o afoxé, que hoje já é reconhecido como patrimônio imaterial da Bahia. Expressou afirmando:

Salvaguardar estas práticas é de grande importância, se não fizermos isso agora, os que virão não terão direito de aprender. E aprender essa história tem que se doar. Fazer não apenas como objeto, por exemplo, acadêmico. Nesse sentido vamos continuar resistindo e avançando, nos fortalecendo para nos transportar para o futuro.

Ao finalizar o evento cultural, a mesa diretora do Conselho Estadual de Cultura, composta por Emílio Tapioca e Ana Vaneska, agradeceu a todo o corpo de funcionários do CEC, o apoio dos funcionários do Museu de Arte da Bahia, na figura de seu diretor, Pedro Arcanjo, como todo suporte pelo Governo da Bahia com a representação da Secretária de Cultura, Arany Santana, e do Governador Rui Costa, a todos conselheiros e conselheiros, aos facilitadores do Fórum Social Mundial e ao público presente durante a programação do Comitê.

Após a cerimônia, os agradecimentos em geral, os participantes festejaram entrando no samba com a apresentação do grupo de samba de roda da Associação de *Sambadores e Sambadeiras da Bahia*.



Foto: Karina Muniz / CEC
Grupo de samba de roda da Associação de Sambadores e Sambadeiras do Estado da Bahia

COMITÊ DE POLÍTICAS CULTURAIS

O Comitê de Políticas Culturais foi capitaneado pelo Conselho Estadual da Bahia para participação no Fórum Social Mundial e composto ainda pelo Movimento Social dos Povos Brasileiros, da Organização Filhos do Mundo, da TV Kirimurê, do Instituto Hori, da Rede Colaborativa de Cultura, Arte e Informação (ITEA), da Comissão Estadual dos Pontos de Cultura, do Fórum de Cultura da Bahia, do Movimento VerdeTrem do Subúrbio Ferroviário de Salvador, da Associação dos Dirigentes Municipais de Cultura, da Rede Nacional de Bibliotecas Comunitárias.

REALIZAÇÃO



ENTIDADES E INSTITUIÇÕES COMPONENTES DO COMITÊ DE POLITICAS CULTURAIS



APOIO:

